

A VERDADEIRA PAZ

Prof. Dr. Pe. Stanislavs Ladusans S.I.

A busca da última realidade une o pensamento metafísico do Oriente e do Ocidente. No sentido ético é a busca da verdadeira paz que constitui, apesar de tudo, uma aspiração generalizada comum no Oriente e no Ocidente. Após as experiências trágicas das guerras, revoluções e de muitas outras violências no século XX é viva hoje a ânsia de encontrar uma lucidez mais profunda e eficaz em relação à paz. A “não-violência” de Mahatma Gandhi (Mohandas Karamchand Gandhi, nasc. em 2 de outubro de 1869, falecido em 30 de janeiro de 1948) não só produziu grandes efeitos sociais no Oriente, mas também impressionou profundamente o Ocidente, ressaltando o “Sermão da Montanha” de Cristo (Mt. 5-7) como uma escola magnífica da verdadeira paz. Este fato oferece uma matéria importante e muito atual hoje para uma reflexão comparativa filosófico-teológica sobre a verdadeira paz, profunda aspiração comum dos povos do Oriente e do Ocidente.

Se consideramos, conforme a lógica ocidental da oposição dos termos, a “nao-violência”, termo usado pelo grande arquiteto da independência da Índia, diz tudo, excluindo a “violência”. Para evitar toda e qualquer ambigüidade a respeito, a presente reflexão comparativa substitui o mencionado termo negativo —“não violência”— oposto contraditoriamente ao termo “violência”, com o termo positivo “paz”. Resulta assim a clareza inequívoca da expressão, que auxiliará a articular com precisão o processo da presente investigação comparativa.

Concidi-mos assim também com o pensamento de Mahatma Gandhi, escolhido para a presente reflexão comparativa. Gandhi dá ao termo “nao-violência” na sua doutrina um conteúdo positivo: a “não-violência” é para ele o amor efetivo, o amor pacífico, que faz bem mesmo àqueles que praticam o mal; é benevolência, bondade, mansidão. Eis como Gandhi mesmo caracteriza a sua concepção

de “não-violência”: “Quando eu for incapaz de praticar o mal; quando nenhuma palavra áspera ou arrogante abalar, por um momento sequer, o meu mundo mental, só então, e não antes, a minha não-violência conquistará o coração do mundo inteiro”¹. Esta concepção evoca o que Jesus Cristo proclama numa das bem-aventuranças no “Sermão da Montanha”:

“Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra!”². A “não-violência” (ahimsa) é relacionada por Gandhi com a Verdade, à qual atribui a primazia, numa conexão vigorosa com o “Sermão da Montanha” de Cristo. Eis o que Mahatma diz textualmente: “A Verdade é a primeira coisa que deve ser procurada, e a Beleza e a Bondade nos serão acrescentadas. Foi isto que o Cristo ensinou realmente, no Sermão da Montanha. E esta a Verdade e a Beleza pelas quais eu vivo e pelas quais desejaria morrer”³. A “não-violência” de Gandhi exige que a pessoa se abstenha não só de qualquer espécie de violência física, verbal e mental, evitando assim fazer, dizer e pensar mal, mas também que se substitua essa violência da malquerença com a benevolência da benquerença, suplantando o ódio pelo amor, exatamente como Jesus Cristo manda no “Sermão da Montanha”: “Amai vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, orai pelos que vos perseguem e vos maltratam”⁴. Gandhi é persuadido que os corações mais duros e a ignorância mais grosseira devem desaparecer perante o fogo do sofrimento sem ódio e malícia, constituindo a “não-violência” a lei especificamente humana, como “a violência é a lei do bruto”⁵. E esta a mensagem que Mahatma Gandhi dirige ao mundo contemporâneo sem paz, sem amor; ao mundo em crise, doloroso, dramático, trágico, imerso “no irracional, que não conhece outra lei senão a força”⁶.

Esta mensagem nos leva a refletir em profundidade sobre a verdadeira paz, bem como sobre o relacionamento entre as mencionadas concepções, referentes à paz, ânsia do Ocidente e do Oriente. Que significa, pois, a verdadeira paz, de que se fala tanto hoje no

¹ 89º pensamento de Mahatma Gandhi de uma pequena coleção de seus 100 pensamentos, divulgada na Índia em inglês e em sânscrito, utilizada na presente pesquisa, que se encontra, traduzida para o português, no livro “Mahatma Gandhi”, de Huberto Rohden, 5ta. edição, Alvorada, pp. 195-219.

² Mt., 5,5.

³ Coleção citada, pensamento 78º.

⁴ Mt., 5,44.

⁵ Col. c., pensamento 86º.

⁶ Col. c., p. 86º.

mundo sem paz? —preguntamos, antes de tudo, na perspectiva da presente reflexão comparativa. Qual é a contribuição da filosofia realista para iluminar a idéia da paz autêntica? —eis a segunda pergunta. A terceira questão: Que diz a respeito Jesus Cristo, em Quem se inspirou profundamente Mahatma Gandhi?

Que significa a verdadeira paz? —Respondendo a esta pergunta, a primeira, afirmamos que a paz, no seu sentido real, significa filosoficamente um efeito produzido pela ordem. Este efeito real é a tranquilidade, conseguida ativamente, um equilíbrio conquistado e mantido ativamente. E a serenidade da convivência ordenada entre os homens e entre os povos. A carta encíclica “Pacem in Terris” —“A Paz dos Povos”, de 11 de abril de 1963, de Joao XXIII, ilustra amplamente o conceito de paz como tranquilidade, que resulta da reta ordem da vida humana.

O que é a ordem na filosofia? —E a disposição da multiplicidade conforme alguma relação. Existindo no mundo uma enorme diversidade de coisas, que agem e são, por conseguinte, cada uma para o seu fim; existindo, ao mesmo tempo, uma coordenação e subordinação entre estes entes e suas atividades multiformes, o universo evidencia uma ordem impressionante, quer dinâmica, quer estática a tal ponto que resulta no mundo uma tranquilidade regulamentada, a qual possibilita a nossa existência e a nossa ação. Precisamente, graças a esta ordem e, por conseguinte, a esta tranquilidade, que reinam no cosmo universalmente, excluindo o caos, cada um de nós encontra no mundo, após o nascimento, não só o amor dos pais, que nos sustentam e educam, mas também todas aquelas condições fundamentais que possibilitam o nosso viver e agir no universo, como numa casa gigantesca: o ar para a respiração, os alimentos para a sustentação, o espaço para a movimentação terrestre, aérea e astronáutica, as matérias primas para a fabricação, bem como muitos outros valores materiais, que são subordinados ao homem, superior a todos aqueles valores.

Na presente reflexão filosófica não nos interessa diretamente a ordem cósmica, que evidencia necessariamente a realidade de Deus como Supremo Ordenador. O que interessa diretamente aqui é a ordem fundamental na interioridade do mesmo homem, onde encontramos o apetite natural da felicidade, que o inquieta profundamente e não o deixa em paz, até que não encontre Deus como Sumo Bem, termo final, que proporciona a tranquilidade, isto é, a paz. E esta ordem ontológica, geradora da paz, que tem um significado enorme para a felicidade dos homens e dos povos hoje. Por isso, perguntamos: Que significa aquele apetite da felicidade, aquela

fome e sede da felicidade?. . . Aquele apetite significa a tendência ou a inclinação ontológica para o seu bem ou fim correspondente. O apetite é natural, quando significa a mesma natureza da coisa, em quanto ela se ordena para o seu fim, sem um conhecimento prévio. E excitado o apetite, quando é provocado em virtude de um conhecimento prévio. O bem significa aqui o ente que convém ao sujeito e, por isso, é apetecível. O apetite, que encontramos no funda da nossa alma e que incita veementemente a buscar a paz, é o apetite natural da felicidade. A felicidade significa subjetivamente a posse do bem, que aquieta plenamente o apetite; objetivamente diz o bem, que é capaz de aquietar plenamente o apetite. O apetite, que consideramos na presente reflexão, é a vontade como natureza, isto é, como uma tendência natural para o bem correspondente, independentemente do prévio conhecimento. A vontade como faculdade livre significa o domínio ativo de auto-determinar-se, escolhendo os valores, conhecidos previamente. Opoe-se, pois, ao determinismo. Segue o intelecto: escolhe os valores apresentados intelectualmente, autodeterminando-se, isto é, agindo não necessariamente. O ato fundamental da vontade é o amor. A vontade como apetite natural tende para o seu bem amorosamente, sem um conhecimento intelectual prévio. Esta tendência natural encontra-se em todo o homem: é a tendência natural para a felicidade, necessária, fortíssima. Esta tendência em busca da paz interior constitui o ponto de partida do nosso raciocínio filosófico. Exige uma explicação. Esta explicação se dá afirmando a realidade do Sumo Bem, Bem Infinito —Deus.

A razão profunda desta afirmação resulta clara, antes de tudo, analisando o objeto formal da vontade como tendência natural. Este objeto não é tal ou tal bem, mas o bem como tal, sem limitação nenhuma, o bem infinito. Portanto, existe na realidade o apetite natural volitivo no homem, aberto ilimitadamente ou amplissimamente para todo o bem, para a totalidade do bem. A vontade humana como apetite natural tende para o bem ilimitado, a fim de saciar a sua sede da felicidade, o amor. A felicidade pode realizar-se só possuindo o bem, correspondente à amplidão da aspiração natural amorosa. O intelecto, analisando o objeto formal da vontade, como apetite natural, descobre que só o bem ilimitado ou infinito, isto é, o Bem, que concentre em si todo o bem, pode aquietar o homem. Este Bem —Bem correspondente— não pode ser encontrado em nenhum ente finito. Só no Bem, que concentre em si a totalidade do bem ou no Sumo Bem, que, por isso, é uma realidade. É impossível que o amor natural volitivo, reto e indigitante a realidade do Bem sem limites, seja frustrado. O amor natural é sempre reto, não

“mente”. Sem a realidade do Sumo Bem a vontade, amor natural, seria contraditória: ela seria, porque é e, ao mesmo tempo, não seria, porque sem o Sumo Bem, para o qual tende inevitavelmente, Que a atrai, não poderia ser.

Reflitamos bem neste ponto: não é a mesma vontade humana, como apetite natural cego em si, que está sabendo para Que tende, impulsionada pela fome e sede da felicidade, apeteendo o Bem correspondente que a sacie plenamente, mas é a razão que descobre a realidade necessária deste Bem. Deus, possuído assim como Sumo Bem, gera o amor e revela-se como Amor, raiz profunda e última da nossa tranquilidade interior —da paz. E precisamente o que a análise da experiência interna atesta. É um fato inegável de que nenhum bem finito do mundo aquietar o desejo natural da felicidade do homem: não as riquezas, não as honras e a glória mundanas, não o poder, não algum bem do corpo, não os prazeres sensitivos, não os atos das virtudes morais, não a operação artística, não a ciência, nem mesmo o conhecimento filosófico de Deus. Só o Sumo Bem — Deus! E a experiência interna inegável que testemunha tudo isso vivencialmente à pessoa adulta e madura; mostra que o homem tende além de todo e qualquer bem finito para o Bem sem limites: Sumo Bem, Que, portanto, é uma Realidade.

Observando o mundo atual em profunda crise, o analista perspicaz descobre a raiz da atual violência generalizada. O materialismo secularista, seja ele dialético ou qualquer outro, constitui uma desordem enorme no coração humano, oprimindo-o tragicamente nas suas mais profundas aspirações, no seu amor natural primordial. E precisamente esta violência interna do homem vazio que explode exteriormente no mundo atual, provocando diariamente um dilúvio de violências criminosas, a que estamos assistindo pasmados. . . E a trágica crise do mundo atual. As proporções desta crise são determinadas pelas proporções da apostasia do homem do seu Sumo Bem. Por isso, a solução aqui é a educação do amor, pacificadora por excelência. Nesta educação a metafísica realista ocupa um lugar fundamental.

A função pacificadora da metafísica realista amplia-se ainda mais, se consideramos na interioridade humana, além da abertura a todo o bem, outras tendências naturais profundas —aberturas transcendentais à Suprema Realidade, à Suprema Unidade, à Suprema Verdade, à Suprema Beleza, que, sendo idênticas com a Suprema Realidade— Ser Subsistente, como o sumo Ben, constituem a explicação cabal de todas aquelas aspirações e aberturas naturais do espírito humano, fundamentando ultimamente a paz humana. Estas aspi-

rações naturais fortíssimas são novos pontos de partida para cinco válidos itinerários de razão metafísica para Deus. Acrescidas pelas “cinco vias” de S. Tomás de Aquino, válidas também hoje, elas iluminam, de vários pontos de vista, o dinamismo teleológico natural do homem, ordenado transcendentemente para Deus como Fonte inesgotável e viva da verdadeira paz. A violência não significa apenas a coação externa nos assaltos, nos roubos, homicídios, etc. A violência significa também e antes de tudo toda e qualquer opressão interna das profundas tendências naturais, que ligam o homem a Deus, Fonte primordial da paz. Evidencia-se assim, o grande valor da metafísica realista para a educação e para a reeducação do homem para a autêntica paz. E o realismo metafísico pluridimensional que contribui poderosamente para preservar o homem da desordem interior, causa das violências externas e da desagregação social.

Mahatma Gandhi trilhou o caminho da interioridade humana para Deus como Fonte última da paz. Porém, nesta metafísica encontramos várias lacunas. Para descobri-las, basta consultar “100 Pensamentos de Gandhi sobre Deus e Alma, Fé e Amor”, coleção já mencionada aqui, utilizada como fonte para a presente investigação comparativa. Se Gandhi e outros no Oriente buscam, como também os metafísicos realistas no Ocidente, a última realidade do universo e querem fundamentar a ética da paz nesta realidade, está ausente, porém, naquelas investigações orientais a ontologia realista, que esclarece todos os valores transcendentais, afirmando a realidade do Absoluto pessoal e Criador do universo, distinto de todas as coisas finitas. São as influências do panteísmo que prejudicam a metafísica da paz de Mahatma Gandhi. Para documentar isto, é suficiente aqui aduzir as seguintes teses anti-realistas de Gandhi, que encontramos na mencionada fonte de seus 100 pensamentos: “Nós não somos, somente Deus é”⁷; “Felizmente, nada existe senão só Deus. Deus é o Universo”⁸. Com estas concepções o espírito sincero de Mahatma Gandhi não podia ser satisfeito. Eis o que ele mesmo confessa: “Adoro Deus somente como a Verdade. Não O achei ainda, mas não cesso de procurá-Lo. Estou disposto a sacrificar as coisas que me são mais caras, a fim de prosseguir nessa busca. E ainda que fosse necessário sacrificar a própria vida, espero estar pronto para esse sacrifício”⁹.

⁷ Col. citada, 38º pensamento.

⁸ Col. citada, 66º pensamento.

⁹ Col. c., 23º pens.

Neste ponto exato da presente reflexão comparativa sobre a metafísica da paz surge um problema importante: Existe no homem uma voz interna, que lhe indique naturalmente o caminho da paz como resultado da reta ordem a ser observada? Existe no homem a voz que o ajude a superar a violência, a desordem interior e exterior? A resposta a esta problemática é afirmativa: sim, existe! Esta voz é a consciência da obrigação moral. A consciência moral constitui o caminho prático para a conquista da união com o Sumo Bem, Ser Subsistente, Suprema Unidade, Verdade Subsistente, Máxima Beleza. Além disso, a consciência da obrigação moral constitui um novo ponto de partida da razão metafísica para Deus como Supremo Legislador, explicação perfeita da nossa vinculação moral.

E um fato de que temos o testemunho da consciência de que há ações boas e há ações mas, que não podem ser feitas sem deformação moral. Detectamos em nós a voz interna, independente de todo e qualquer legislador humano, de que devemos fazer o bem e evitar o mal para conseguir a paz interna. Temos também a consciência de que possuímos a liberdade, isto é, um domínio ativo das nossas ações, podendo escolher também o que é moralmente mal (autonomia). Fazendo o mal, experimentamos o remorso da consciência, que faz sentir a responsabilidade e a nossa submissão a uma norma interna, da qual não podemos fugir (heteronomia). Daí resulta a inquietação da consciência, originada pela culpa. Fazendo o bem, a consciência experimenta a consolação, a paz. Tudo isso constitui um dado natural inegável da interioridade humana, que exige uma explicação filosófica adequada.

A obrigação moral pressupõe a existência da lei moral: norma obrigatória, que regula os atos humanos, sem que fique destruída a liberdade da vontade. A vontade humana, sob a lei, permanece livre quanto ao exercício, pois pode agir e pode não agir. Permanece livre também quanto à especificação, pois pode escolher isto ou aquilo. A liberdade neste sentido, psicológico, coexiste juntamente com a obrigação moral ou necessidade moral. Moralmente o homem é obrigado a fazer o bem e a evitar o mal. Aqui consideramos a lei moral natural, que se promulga pela mesma razão e impõe à vontade livre a obrigação moral, isto é, a necessidade moral absoluta de agir de uma maneira determinada, sem eliminar a liberdade no sentido psicológico. O homem é obrigado moralmente a fazer o bem e a evitar o mal, não existindo a liberdade neste sentido (moral) para fazer o mal. O mal é moralmente proibido. A obrigação moral manifesta-se pela consciência moral, que significa um juízo prático, pelo qual a

razão está intimando ao sujeito livre a liceidade ou a ilicitude de alguma ação.

O valor da consciência moral, que leva a realizar o bem e a evitar o mal, é objetivo e vinculante, porque expressa uma lei natural inerente a toda ação humana consciente e não pode ser abolida sem não extinguindo a mesma natureza humana. Tão profundamente são inscritas internamente no homem aquela lei e aquela obrigação! Isto é assim de fato e também de direito. Se o homem, um ente inteligente e livre, não fosse obrigado a agir de uma maneira determinada, ele permaneceria indiferente e amorfo a tudo e não seria capaz de tender ao seu Bem Supremo, seria um ser ininteligível e absurdo. E o precisamente que não pode ser, em virtude dos supremos princípios, que regem a realidade toda. O homem age e não pode não agir de um modo moralmente determinado, não se admitindo a libertinagem.

Agora surge a pergunta: Quem inscreveu na natureza humana a lei moral natural, que obriga tão profundamente? Não é ele mesmo, porque não pode depor esta lei, não pode libertar-se deste vínculo fortíssimo. Este vínculo não pode advir da sociedade, da educação, porque toda a legislação positiva e a educação o pressupõem existente no homem. Existindo no homem este vínculo moral, que o obriga naturalmente a agir de uma maneira determinada, deve ser necessariamente então um vinculador, superior ao homem, na ordem moral. Este é e não pode não ser o Supremo Vinculador, Legislador, Quem, não podendo ser vinculado por ninguém superior, vincula todos os seres na ordem moral, dando-lhes a lei moral, inscrita nas profundidades da natureza racional e livre, constituindo, por isso, esta natureza mesma. Este Legislador Supremo é, portanto, totalmente independente na ordem moral; tem, por isso, todo o bem em si e, com isso, todo o ser: é a plenitude ilimitada do ser —Ser Infinito ou Deus.

Resulta, pois, que o homem não só é ordenado natural e transcendentalmente a Deus como seu Supremo Bem, mas também que possui naturalmente estruturado o seu agir sob o ponto de vista moral, tendo assim a possibilidade de conseguir o seu último fim e viver na paz. Esta é a ética da paz, fundamentada na respectiva metafísica realista. Conforme esta metafísica as realidades do mundo, do homem e de Deus manifestam a conexão ontológica de tal maneira que tudo apetece Deus como a sua causa eficiente, exemplar e final. Este é o amor natural de todas as coisas do universo em virtude da ordem, que reina universalmente. Resulta assim a mencionada tranquilidade regulamentada universal, que possibilita a existência do

homem no mundo, exaltando a sua dignidade de pessoa. A ciência metafísica ilumina tudo isso e leva o homem a tomar a consciência formal não só de sua dependência total de Deus, Suprema Realidade, Bondade, Unidade, Verdade, Beleza, mas também de sua obrigação de amar Deus mais que todas as coisas. Conforme a reta ordem racional o fim deve ser amado mais do que as coisas que, devidamente usadas como meios, levam o homem para a consecução de seu últimofim, para o qual deve ser ordenado todo o bem, para que possa ter a razão de bem. Este é o vínculo religioso. Relaciona o homem com a multiplicidade das coisas no mundo e com o outro homem como seu próximo. Este vínculo religioso é baseado sobre o amor humano natural de Deus sobre todas as coisas, constitui a exigência absoluta para a consecução da verdadeira paz, encontra a sua elevação na caridade do homem novo e implica, por conseguinte, uma variedade de relações. Resulta assim que a paz humana, sendo teocêntrica, é também pluridimensional.

A primeira dimensão da filosofia da paz humana é a dimensão “infra-humana”, que resulta daquela ordem, que deve reinar entre os valores materiais —econômicos, técnicos e outros afins— e o homem, superior a todos esses bens.

A segunda dimensão da filosofia da paz humana é a dimensão “intra-humana”, que resulta da ordem interna do homem, entendido como pessoa. A dignidade da pessoa humana exige que sejam respeitados os seguintes direitos naturais ou humanos de caráter individual, relacionados com os respectivos deveres: 1) o direito à vida; 2) o direito à integridade corporal; 3) o direito ao bem-estar; 4) o direito à propriedade particular; 5) o direito ao processo judicial justo; 6) o direito à fama; 7) o direito à intimidade.

A terceira dimensão da filosofia da paz humana é a dimensão “entre-humana” ou social, resultando da ordem reta, que relaciona o homem com o homem como fim em si, igual, próximo, irmão e não como coisa, objeto, instrumento explorável, número. Esta ordem exige que sejam respeitados os seguintes direitos naturais ou humanos na sociedade familiar, implicando os respectivos deveres: 1) o direito ao matrimônio, ressaltando a liceidade e o valor do celibato; 2) o direito à educação. Esta dimensão da paz exige também que na sociedade civil que envolvem os respectivos deveres se respeitem os seguintes direitos naturais ou humanos: 1) o direito de participar da vida pública; 2) os direitos concretos relacionados com o bem comum: a) o direito ao sufrágio; b) o direito de participar dos bens da cultura; c) o direito ao trabalho; d) o direito à verdade; e) o direito de associação e da reunião.

Finalmente, a dimensão social da paz tem a conexão com a comunidade mundial. A ordem dos indivíduos e das comunidades políticas com a comunidade internacional deve ser alicerçada hoje, mais do que nunca, na verdade, na justiça, na amor e na liberdade, para superar todos aqueles obstáculos, que prejudicam a paz e a segurança das nações.

A quarta dimensão da filosofia da paz humana é a dimensão “supra-humana”, que resulta de relação da dependência total do homem, dos povos e da humanidade de Deus. Esta ordem exige que sejam observados os direitos naturais do homem, enquanto aberto ao bem comum transcendente, ressaltando que o homem não se reduz ao ser membro da sociedade civil. Ele transcenda a sociedade e possui o direito natural à religião e à liberdade de consciência. Esta dimensão metafísico-ética da paz envolve também os direitos divinos e encontra a sua elevação na ordem sobrenatural, que resulta em virtude da Revelação Crista, fato histórico inegável e dom absolutamente gratuito de Deus. Este fato histórico constitui um novo ponto de partida para demonstrar racionalmente a realidade de Deus, contribuindo assim para consolidar metafisicamente a verdadeira paz no mundo atual. Analisando metafisicamente o fato histórico da Igreja de Cristo, resulta que esta Igreja “na sua admirável propagação, na sua eminente santidade e na fecundidade inexaurível, que revela em todos os lugares, na unidade católica, na sua inalterável estabilidade” (1º Concílio do Vaticano) não pode ser explicada por meio das causas segundas naturais, sociais, políticas, econômicas, psicológicas, etc., mas só em virtude de uma intervenção extraordinária de um Ser inteligentíssimo, santíssimo, poderosíssimo, Que, efetuando a redenção do gênero humano, fez que o amor espiritual, que a filosofia da paz pluridimensional ressaltou como central no humanismo, encontre o auxílio da graça sobrenatural, que transforma aquele amor na caridade universal, vínculo da perfeição, conforme o programa fundamental, delineado pelo “Sermão da Montanha” de Jesus Cristo, Salvador e Santificador Divino da humanidade: “Ouvistes o que foi dito: ‘Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo’. Eu, porém, digo-vos: ‘Amai os vossos inimigos’”¹⁰. Jesus Cristo proclama em seguida: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda tua alma e de todo teu espírito (deut., 6,5). Este é o maior e o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás teu próximo como a ti mesmo

¹⁰ Mt., 5,43.

(Lev. 19,18). Nesses dois mandamentos se resumem toda a lei e os profetas”¹¹.

E, pois, o mandamento do amor, em que Jesus Cristo fundamenta a verdadeira paz. Esta paz não é a mera ausência da guerra, nem o equilíbrio de forças entre os adversários, nem o resultado de alguma opressão violenta, mas é a tranquilidade, fruto da observação daquela ordem, que Jesus Cristo Redentor estabeleceu no homem e na sociedade humana. Ela nunca é construída de uma vez para sempre. Consiste num domínio permanente das paixões e no exercício constante da fraternidade, do amor, que avança além dos limites da justiça. Esta paz é fruto da plena realização da união com Deus, que tem o seu começo na vida presente e a sua expressão completa na eternidade. Por isso, a tarefa fundamental da Igreja é ajudar todos os homens para que encontrem a paz de Cristo. Ele proclamou: “Bem-aventurados os pacíficos, porque serão filhos de Deus”¹². Jesus Cristo é o autor desta paz. Por isso, ao entrar na história da humanidade pelo nascimento em Belém, Ele foi distinguido com uma saudação celeste: “Glória a Deus no mais alto dos Céus e paz na terra aos homens de benquerença”¹³. Por isso, ao deixar este mundo, no fim de sua vida terrestre, Jesus Cristo afirmou aos homens: “Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz. Não é como a mundo a dá que eu vô-lo dou”¹⁴. A paz crista é a verdadeira paz, a verdadeira paz por excelência.

Esta é a resposta à terceira questão, que dinamizou a presente indagação e que no início desta reflexão foi formulada assim: “Que diz a respeito Jesus Cristo, em Quem se inspirou profundamente Mahatma Gandhi?”. Resulta, pois, que a mensagem de Cristo sobre a paz é salvadora: a paz crista, a verdadeira paz por excelência, consiste fundamentalmente na observação da reta ordem moral, expressa na lei eterna, que, participada, se expressa nos direitos e deveres humanos em todas as suas dimensões, sobretudo no direito do homem de ser amado e no dever de amar sobrenaturalmente, tendo a sua consubstanciação sublime no novo mandamento de Jesus Cristo Redentor: “. . . amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu espírito e de todas as tuas forças”

¹¹ Mt., 22,37-40.

¹² Mt., 5,9.

¹³ Lc., 2,14.

¹⁴ Jo., 14,27.

... “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”¹⁵. “Eu vos dou um mandamento novo, que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei”¹⁶.

Mahatma Gandhi, inspirado profundamente por Jesus Cristo, alcançou muito no árduo terreno da paz. Porém, ele não encontrou a plenitude da paz cristã, porque não descobriu em Jesus Cristo plenamente o Salvador Homem-Deus. Mahatma Gandhi o confessa claramente: “Através de todas as tribulações, tenho experimentado Deus como salvador. Sei que a frase “Deus me salvou” tem hoje um sentido mais profundo para mim. E contudo, sinto não ter ainda compreendido a sua significação integral; somente uma experiência mais profunda poderá ajudar-me a alcançar uma compreensão mais completa”¹⁷.

Gandhi devia penetrar mais ainda no mistério do amor de Deus. Promulgando o grande mandamento do amor, Deus revela-se no amor como Amor Subsistente: “. . . Deus é amor. Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: em nos ter enviado ao mundo o seu Filho único, para que vivamos por Ele. Nisto consiste o amor: não em termos nós amado a Deus, mas em ter-nos Ele amado primeiro e enviado o seu Filho para expiar os nossos pecados”¹⁸. Exatamente nesta perspectiva da paz redentora Jesus Cristo, sacrificando-se voluntariamente, exorta com clareza os homens e os povos: “Como o Pai me ama, assim também eu vos amo. Permanecei no meu amor!”¹⁹.

Permanecendo vivencialmente na caridade, o cristão alcança a experiência da autêntica paz, transformando-se num apóstolo ardoroso da paz no mundo atual sem paz. A razão desta metamorfose salvífica, que aperfeiçoa a natureza e a ação humanas, é justamente a caridade. A paz, propagada admiravelmente por Gandhi na forma da “não-violência”, encontra na caridade o fator sobrenatural eficientíssimo, porque “a caridade”, como ensina S. Paulo Apóstolo exaltando a excelência da caridade, “é paciente, a caridade é benigna. A caridade não é invejosa, não se ufana, não se ensoberbece. A caridade nada faz de inconveniente, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal. Não se alegra com a in-

¹⁵ Mc., 12,30-31.

¹⁶ Jo., 13,34.

¹⁷ Coleção citada, 51º pensamento.

¹⁸ Jo., 4,8-9.

¹⁹ Jo., 15,9.

justiça, mas se rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. A caridade jamais acabará”²⁰.

20 — I Cor., 13, 4-8.

Fontes e subsídios

- 1 — Novo Testamento, de Jesus Cristo.
- 2 — “Gaudium et Spes”, Constituição Pastoral do II^o Concílio do Vaticano, que trata sobre a Igreja no mundo atual.
- 3 — “Pacem in Terris”, carta encíclica de João XXIII.
- 4 — Los derechos humanos en Santo Tomás de Aquino, Jesús García López, Ediciones Universidad de Navarra, S.A., Pamplona, 1979, pp. 242.
- 5 — Gesù Liberatore, Jean Galot S.I., Libreria Editrice Fiorentina, Firenze, 1978, pp. 464.
- 6 — Mahatma Gandhi, Huberto Rohden, 5ta. edição, Alvorada, Sao Paulo, S.P., pp. 228.

²⁰ I Cor., 13,4-8.